

CONTINGÊNCIAS DE UM CONCEITO – A PÓS-MEMÓRIA DA PRIMEIRA GERAÇÃO¹

António Sousa Ribeiro (UC / CES)

ABSTRACT

The notion of post-memory is briefly revisited, discussing the complexity of the concept through the problem of a “first generation post-memory”, starting with a text by German writer Peter Weiss.

Keywords: Post-memory; First generation; Holocaust; Peter Weiss.

RESUMO

Revisita-se brevemente a noção de pós-memória, discutindo a complexidade do conceito através do problema de uma “pós-memória de primeira geração”, a partir da abordagem de um texto do escritor alemão Peter Weiss.

Palavras-chave: Pós-memória; Primeira geração; Holocausto; Peter Weiss.

Recebido em 4 de outubro de 2022.

Aceite em 18 de outubro de 2022.

Nos estudos sobre o Holocausto, a reflexão sobre as dimensões transgeracionais do conceito de memória esteve, pode dizer-se, desde sempre presente. Os muitos testemunhos, que rapidamente se foram multiplicando, de membros da chamada “segunda geração” tornavam evidente a necessidade dessa reflexão. De facto, era visível nesses testemunhos o assumir de uma experiência que, não tendo sido diretamente vivida, se impunha de um modo que não se limitava a traduzir uma relação fortemente comprometida com o passado, mas exprimia, por igual, um envolvimento no plano dos afetos e das emoções que, no limite, se confundia tendencial-

¹ Este artigo foi elaborado no âmbito do Projeto *MAPS – Pós-memórias Europeias: uma cartografia pós-colonial* (FCT – PTDC/LLT-OUT/7036/2020), coordenado por Margarida Calafate Ribeiro, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

mente com um processo de memória no sentido próprio, muitas vezes com uma dimensão claramente traumática. Coube, como é sabido, a Marianne Hirsch a proposta de teorização deste processo mediante o conceito de pós-memória, formulado em 1997 na sua obra *Family Frames: Photography, Narrative, and Postmemory*. Talvez pela associação direta que permite com o próprio conceito que lhe subjaz, esta proposta rapidamente ganhou proeminência no âmbito dos estudos de memória, suplantando diversas possibilidades e alternativas, sendo hoje amplamente consensual, mau grado a persistência de inúmeros aspetos controversos na aplicação do conceito.

Uma consequência bem visível da difusão do conceito de pós-memória está na sua crescente aplicação fora do campo dos estudos do Holocausto em que inicialmente se desenvolveu. É bom de ver que esta ampliação do campo de aplicação tem uma importância decisiva para testar a operatividade do conceito e, através do reforço da sua aplicação empírica, ultrapassar gradualmente o estado de subteorização que, sobretudo numa fase inicial, era manifesto. Seguramente uma das consequências mais produtivas da exploração da complexidade do conceito está no abandono de uma ideia de transmissão, isto é, na percepção de que os processos de pós-memória não se situam numa simples relação de linearidade e de continuidade com o passado, antes são marcados por distâncias e descontinuidades e dependem da capacidade e da disponibilidade dos sujeitos para se envolverem profundamente num processo de construção. Como concluiria a própria Marianne Hirsch, “a relação da pós-memória com o passado [...] não é, na realidade, mediada pela recordação, mas pelo investimento imaginativo, a projecção e a criação” (2008: 107). Neste sentido, a produção da pós-memória, situando-se, é certo, privilegiadamente, num contexto privado e familiar, manifesta a possibilidade de ir além desse espaço, projetando-se na esfera pública e adquirindo, assim, uma mais ampla relevância.

Dá amplo testemunho dessa relevância a circulação cada vez mais extensa do conceito e a sua utilização nos mais diferentes contextos. O estudo de Susanna Kaiser, *Postmemories of Terror* (2006), servindo-se do conceito para analisar memórias de segunda geração da violência das ditaduras latino-americanas, foi relativamente pioneiro neste processo, podendo citar-se, entretanto, muitos outros estudos relevantes.¹ Entre nós, tanto quanto vejo, o conceito foi desenvolvido pela primeira vez no âmbito do projeto “Os Filhos

¹ Como curta amostra, muito seleccionada, referente a contextos muito diversos, poderão citar-se Kim, 2007; Varas, 2011; Beiner, 2014; Field, 2014; Levey, 2014; Vince, 2015; Webb, 2015; Alloa, 2016; Bayard, 2016; Mégevand, 2016; Maguire, 2017.

da Guerra Colonial: Pós-memória e Representações”, levado a cabo sob a coordenação de Margarida Calafate Ribeiro e com financiamento da FCT, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2007 e 2011.¹ Igualmente dirigido por Margarida Calafate Ribeiro, o projeto “MEMOIRS Children of Empire and European Postmemories”, realizado entre 2016 e 2021, permitiu, não apenas um alargamento considerável da análise, agora conduzida numa perspetiva comparada entre Portugal, França e Bélgica, mas, igualmente, um aprofundamento teórico do alcance do conceito orientador, ancorado num extenso trabalho de campo e na análise de uma vasta produção discursiva, não apenas de artistas que têm protagonizado o que pode chamar-se uma “arte da pós-memória”, mas também de vozes de cidadãos e cidadãs anónimos/as que têm em comum a pertença a uma segunda geração pós-colonial.² Outros grupos de investigação têm, entretanto, trabalhado o conceito entre nós, sendo crescente o número de contributos relevantes.

Como acontece em qualquer processo análogo, são vários os equívocos que podem suscitar-se a respeito do conceito de “pós-memória”, um dos mais importantes dos quais será, sem dúvida, o da excessiva generalização, isto é, o uso do conceito como um gigantesco guarda-chuva tendencialmente universal que não permite diferenciar adequadamente contextos que podem ser muito diversos nem captar as múltiplas contingências só acessíveis a um olhar suficientemente atento ao concreto. Limitar-me-ei, neste breve contributo, a partir de um exemplo específico, a abordar os problemas suscitados pelo conceito de geração. Uma já longa reflexão sociológica sobre este conceito tem visado desnaturalizar a perceção simplista da geração como um simples dado biológico, chamando a atenção para as formas de construção social que lhe dão substância. Num ensaio de 1928, Karl Mannheim cunhou a expressão “generation-unit” para referenciar um subgrupo de sujeitos que, pertencendo a uma mesma geração biológica, se identifica, não pela causalidade desse simples facto, mas pela partilha de interesses, preocupações, experiências, comuns, incluindo um modo específico de relação com o passado “dentro de uma geração, pode existir uma série de unidades geracionais diferenciadas, antagónicas” (Mannheim 1952: 306). À luz da reflexão de Mannheim, a noção de “geração da pós-memória” necessita de ser pluralizada e perspetivada na sua complexidade interna. Na verdade, não se nasce

¹ Entre outras publicações, veja-se Ribeiro e Ribeiro, 2018.

² O projeto produziu um rol longo de publicações, ainda em curso (veja-se, nomeadamente, Ribeiro, 2021; Ribeiro, António Pinto, 2021; Ribeiro e Rodrigues, 2022). Para mais informação, cf. https://memoirs.ces.uc.pt/index.php?id=22153&id_lingua=1&pag=22310.

simplesmente nessa “geração”, numa relação de continuidade traduzida no ciclo biológico, o que define a pertença a ela é a forma específica do envolvimento ativo com o passado e as práticas de relacionamento com o passado que singularizam o assumir de uma identidade geracional. Também neste aspeto, assim, uma retórica das raízes é essencialmente enganadora, a pós-memória não é uma fatalidade geracional, mas uma escolha e uma construção.

O envolvimento traduzido na pós-memória pode revestir-se de muitas formas, consoante o grupo específico em questão, assim definindo diferentes unidades geracionais no sentido de Mannheim. Susan Robin Suleiman, por exemplo, propõe o conceito de “geração 1.5” para designar “as crianças sobreviventes do Holocausto, demasiado jovens para terem uma compreensão de adultos do que lhe estava a acontecer, mas com idade suficiente para terem vivido durante a perseguição aos judeus pelos nazis” (Suleiman 2002: 277).¹ Deste ponto de vista, o conceito de segunda geração deveria ficar reservado para aqueles que, tendo nascido já depois do fim da guerra, desenvolvem uma pós-memória traumática qualitativamente diferente da dos que, mesmo que, porventura, em relativa segurança, viveram o período nazi.

Neste contexto, o caso do escritor alemão Peter Weiss sobre que irei debruçar-me, é relativamente singular. Com efeito, nascido em 1916, era já um homem adulto no período das perseguições nazis que culminariam no Holocausto, isto é, pertence, na prática, a uma “primeira geração”. Filho de um pai judeu assimilado, Weiss cresceu numa família da burguesia abastada em que nem a religião nem, num sentido mais amplo, a condição judaica desempenhava o mínimo papel e só tarde viria a saber, por puro acaso, que o pai era um judeu húngaro convertido ao protestantismo. A família emigrou para Inglaterra logo em 1935 e, após várias estações do exílio, fixou-se na Suécia, onde Peter Weiss iria viver até ao fim da vida, em 1982. Na narrativa familiar tenazmente mantida, os motivos da emigração eram sempre apresentados exclusivamente como de natureza económica, e não político-racial. A família próxima, incluindo os pais e irmãos, ultrapassaria o período nazi sem grandes sobressaltos.

¹ Também dentro desta “geração 1.5” existem, naturalmente, diferenças: sendo certo que a separação dos pais, na maior parte das vezes, para sempre, num contexto de perigo iminente constitui um evento traumático comum, não é o mesmo, por exemplo, ter saído em 1938-1939 para Inglaterra num dos vários “Kindertransporte” (transportes de crianças) autorizados a deixar o país ou ter sobrevivido escondido durante a guerra algures na Europa continental ou na própria Alemanha, em condições infinitamente mais precárias. Sobre as muitas memórias de participantes nos “Kindertransporte”, pode ver-se, nomeadamente, Homer 2019.

Na Suécia, e após dificuldades iniciais, Peter Weiss, iria iniciar uma carreira artística como artista plástico e, a breve trecho, como cineasta experimental, tendo obtido a nacionalidade sueca em 1946. A sua atividade literária, iniciada, no fundamental, nos anos 50, obteria amplo reconhecimento a partir do início da sua publicação na República Federal da Alemanha, no dealbar dos anos 60. Durante a guerra, e mesmo imediatamente após esta, não só fora muito limitado o contacto com outros exilados alemães, sem qualquer envolvimento visível com qualquer organização de emigrados, como a temática do nazismo e do Holocausto está substancialmente ausente da obra que vai produzindo. A viragem para a temática do Holocausto, na década 60, não sinaliza, pois, qualquer continuidade, representa, sim, o assumir consciente de uma memória e de uma identidade literalmente recuperadas e reconstruídas. Não é por acaso que essa viragem se faz num contexto de afirmação do claro compromisso político que marcaria o conjunto da obra literária de Weiss.¹

Peter Weiss visitou Auschwitz pela primeira vez em 13 de dezembro de 1964. Na altura, decorria, em Frankfurt am Main o processo de Auschwitz (1963-1965), contra altos responsáveis do campo de extermínio, um momento absolutamente marcante e extremamente significativo da confrontação com o passado nacional-socialista na República Federal da Alemanha do pós-guerra. A partir de uma montagem das atas do processo, Weiss viria a escrever uma das obras mais importantes do cânone da literatura do Holocausto, o drama-documento *Die Ermittlung* [*A Investigação*]), estreado em simultâneo em quinze teatros europeus em outubro de 1965. A técnica documental permite tornar fisicamente presentes as vozes das vítimas sobreviventes (que surgem anónimas, sendo identificadas apenas como “testemunhas”, numeradas de 1 a 9), transformando, assim, o espaço do drama em espaço do testemunho, simbolicamente emblemático de uma realidade irrepresentável.

O texto “Meine Ortschaft”, “A minha localidade”,² publicado em 1968, enquadra-se neste contexto de revisitação do Holocausto. Mas, neste caso, trata-se de uma abordagem de carácter pessoal, autobiográfica, um fragmento daquilo a que, na esteira de Jennifer A. González (1995), pode chamar-se uma autotopografia, isto é, uma reconstrução autobiográfica da

¹ Peter Weiss tornar-se-ia uma figura maldita para o regime salazar-marcelista, que lhe vedou a entrada no país, enquanto autor do Canto do Papão Lusitano [Gesang vom lusitanischen Popanz], poderosa diatribe contra o colonialismo português, estreada em janeiro de 1967.

² O texto não se encontra ainda traduzido para português. Uma versão inglesa está disponível em acesso livre em <<https://transit.berkeley.edu/2008/hillman/>>. Todas as traduções de textos citados neste artigo são de minha autoria.

identidade a partir de uma lógica espacial. Constituindo a recuperação de uma memória do não-vivido, é, indiscutivelmente, um texto de pós-memória. Mas, de modo aparentemente paradoxal, trata-se, à luz dos dados biográficos atrás referidos, de uma pós-memória de primeira geração. O ensejo imediato da produção do texto foi um convite dirigido a um conjunto de escritores alemães, visando a construção de um “atlas” literário a ser publicado em 1965. Tratava-se de escrever sobre uma localidade ou um espaço geográfico que cada qual considerasse ter tido um significado particularmente relevante no seu percurso de vida. A escolha de Weiss é sintomática, já que recai sobre uma “localidade” que, na biografia do autor, é um não-lugar, o sítio de uma experiência que não viveu, e no qual apenas pode projetar-se imaginativamente, na consciência da impossibilidade de recuperar qualquer forma de experiência autêntica. E, no entanto, é nesse lugar que escolhe radicar a sua identidade, tomando-o como o absoluto ponto nodal da sua biografia particular. Como escreve logo no início, todos os muitos lugares em que vivera haviam tido um carácter fugidivo, o único lugar indelevelmente inscrito na sua identidade é Auschwitz:

Trata-se de uma localidade a que estava destinado e a que escapei. Não vivi nada pessoalmente nesta localidade. Não tenho nenhuma relação com ela, a não ser o facto de o meu nome figurar na lista daqueles que ali deviam ser alojados para sempre. Vinte anos depois, vi esta localidade. Está intacta. Os seus edifícios não podem confundir-se com nenhuns outros edifícios.

Em nenhum momento, o eu cria a ficção de ser capaz de reviver o horror de que o lugar que percorre dá testemunho: “Eu vim aqui de livre vontade. Não me desembarcaram de nenhum comboio. Não fui empurrado para este terreiro à força de cacetadas. Chego com vinte anos de atraso”.

A distância temporal em relação ao não-vivido constitui em elemento sempre recordado da relação que o visitante estabelece com o lugar. O fundamental do texto consiste, assim, não na construção ilusória de uma proximidade com o passado, mas sim numa descrição densa que convoca, em imagens muito concretas, a materialidade do espaço, ao mesmo tempo que situa essa materialidade numa relação inseparável com os atos de violência que ali tiveram lugar. Assim, se vai construindo o fragmento de uma autotopografia cujo eixo ao mesmo tempo precário e indelével assenta na referência a um lugar em que se mantém inquietantemente presente um passado de violência que, no entanto, é já inacessível e só se torna inteligível pelo trabalho da pós-memória: “Estive no pátio em frente à Parede Negra, vi as árvores

atrás do muro, mas não ouvi os tiros da arma de pequeno calibre disparados de muito próximo na nuca.”

O lugar, que como já referido, está irremediavelmente silencioso no seu significado profundo, o significado de um passado incapaz de falar por si só, é, no entanto, descrito com o máximo de proximidade pelo sujeito que por ali deambula. É através da proximidade assim conseguida com a materialidade do espaço que o sujeito faz falar esse passado, na plena consciência da distância que dele o separa. O final do texto merece ser citado na íntegra:

Mas, ao fim de um pedaço, também aqui se instala o silêncio e a paralisia. Chegou um vivo e, perante este vivo, o que aqui aconteceu fecha-se. O vivo que aqui veio, vindo de um outro mundo, nada possui a não ser o seu conhecimento de números, de relatos escritos, de declarações de testemunhas, tudo isso é parte da sua vida, ele carrega tudo isso, mas só pode compreender o que lhe acontece pessoalmente. Só quando ele próprio for empurrado da sua secretária e amarrado, quando for pontapeado e chicoteado, é que saberá o que é isto. Só quando acontecer junto de si eles serem arrebanhados, moídos de pancada, carregados em carroças, é que saberá o que é isto.

Agora, está simplesmente num mundo desaparecido. Nada mais pode fazer aqui. Durante um bocado, reina o maior dos silêncios.

É então que ele sabe que nada ainda acabou.

A ambiguidade da lacônica frase final suscita a hipótese perturbadora de que o passado testemunhado pelo lugar que o texto foi descrevendo em pormenor, confluindo numa série de imagens extremamente concretas, afinal não passou. Ao formular esta frase, o autor aceita colocar-se a si próprio no seio de um continuum de violência em que está irremediavelmente implicado. Por outras palavras, na sua análise, a distância intransponível em relação ao não-vivido vai de par com um sentimento de presença, através do contacto próximo com o espaço da violência que a visita a Auschwitz permite, um sentimento materializado no próprio discurso que narra o carácter intransponível dessa distância. Assim, se afirma, em toda a sua precariedade, a produtividade do trabalho da pós-memória. Mas, neste caso, trata-se de um trabalho que não visa o estabelecimento de uma relação de proximidade e de pertença que permita compreender e, no limite, viver, a experiência traumática de uma geração anterior, antes diz respeito a um percurso próprio que leva o sujeito a tornar presente a memória da violência sofrida pela “unidade geracional” que agora, tardiamente, assume como sua, tornando o próprio hiato da experiência em força motriz de um processo de produção de

identidade. Ao mesmo tempo, a recusa em assumir a condição de vítima ou em permitir que a funda empatia com o destino dos que foram exterminados culmine num processo de identificação cuja legitimidade seria sempre mais do que problemática definem a distância inultrapassável consubstancial aos processos de pós-memória mesmo que, no caso em análise, uma pós-memória de primeira geração.

Referências bibliográficas

- Alloa, Emmanuel. 2016. “Afterimages. Belated Witnessing in the Photographs of the Armenian Catastrophe”. In: *Journal of Literature and Trauma Studies*, 4(1-2): 43-65.
- Bayard, Pierre. 2016. “Collective Rape and Postmemory in Bosnia”. In: *Journal of Literature and Trauma Studies*, 4(1-2): 115-123.
- Beiner, Guy. 2014. “Probing the Boundaries of Irish Memory: From Postmemory to Prememory and Back”. In: *Irish Historical Studies*, 39 (154): 296-307.
- Field, Sean. 2014. “Loose Bits of Shrapnel: War Stories, Photographs, and the Peculiarities of Postmemory”. In: *Oral History Review*, 41(1): 108-131.
- González, Jennifer A. 1995. “Autotopographies”. In: Gabriel Brahm Jr; Mark Driscoll (orgs.), *Prosthetic Territories. Politics and Hypertechnologies*. Boulder: Westview Press, 133-150.
- Hirsch, Marianne. 1997. *Family Frames: Photography, Narrative, and Postmemory*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Hirsch, Marianne. 2008. “The Generation of Postmemory”. In: *Poetics Today*, 29(1): 103-128.
- Homer, Stephanie. 2019. “Kindertransport Memoirs: Between Formulating Knowledge of a Painful Past and Containing Traumatic Impact”. In: *German Life and Letters*, 72(4), 484-498.
- Kaiser, Susana. 2006. *Postmemories of Terror: A New Generation Copes with the Legacy of the ‘Dirty War’*. New York: Palgrave Macmillan.
- Kim, Sandra So Hee Chi. 2007. “Redefining Diaspora through a Phenomenology of Postmemory”. In: *Diaspora*, 16(3): 337-352.
- Levey, Cara. 2014. “Of HIJOS and Niños. Revisiting Postmemory in Post-Dictatorship Uruguay”. In: *History & Memory*, 26(2): 5-39.
- Maguire, Geoffrey. 2017. *The Politics of Postmemory. Violence and Victimhood in Contemporary Argentine Culture*. New York, NY: Springer Berlin Heidelberg.
- Mannheim, Karl. 1928. “The Problem of Generations”. In: Paul Kecskemeti (org.), *Essays on the Sociology of Knowledge*. New York: Oxford University Press, 276-322.

Mégevand, Martin. 2016. “Genocide Drama and Affiliative Postmemory. Staging Peter Weiss’s *The Investigation* after the Rwandese Genocide”: In: *Journal of Literature and Trauma Studies*, 4(1-2): 99-113.

Ribeiro, António Pinto. 2021. *Novo mundo. Arte contemporânea no tempo da pós-memória*. Porto, Afrontamento.

Ribeiro, António Sousa (org.). 2021. *A cena da pós-memória. O presente do passado na europa pós-colonial*. Porto, Afrontamento.

Ribeiro, António Sousa e Ribeiro, Margarida Calafate. 2018. “A Past that Will not Go Away. The Colonial War in Portuguese Postmemory”. In: *Lusotopie*, 17(2): 277-300.

Ribeiro, Margarida Calafate e Rodrigues, Fátima da Cruz. 2022. *Des-cobrir a Europa. Filhos de impérios e pós-memórias europeias*. Porto: Afrontamento.

Suleiman, Susan Rubin. 2002. “The 1.5 Generation: Thinking about Child Survivors and the Holocaust”. In: *American Imago*, 59(3): 277-295.

Varas, Patricia. 2011. “Memoria y postmemoria en Rigoberta: la nieta de los mayas”. In: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, 74: 329-350.

Vince, Rebekah. 2015. “Out of Sight but Not Out of Mind: Absence as Presence in French Postmemory Narrative”. In: *Journal of History and Cultures*, 5: 41-64.

Webb, Laura May. 2015. “Sins of The Father (Land): Redefining Postmemory in Contemporary Argentine Literature”. In: *Harts & Minds*, 2(2): 1-15.

Weiss, Peter. 1969. “Meine Ortschaft”. In: Klaus Wagenbach (org.), *Lesebuch. Deutsche Literatur der sechziger Jahre*. Berlin: Verlag Klaus Wagenbach, 30-38.